

Ata da 90ª Reunião Ordinária do CBH-PARDO

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, iniciou-se a Nonagésima Reunião Ordinária do CBH-PARDO, on-line por meio de plataforma digital, observado o quórum no chat da gravação. O Sr. Marden Strini Machado, Secretário Executivo do CBH-PARDO cumprimentou a todos, e passou a palavra ao Vice-Presidente Sr. Carlos Eduardo Nascimento Alencastre, representante da SODERMA para abertura da reunião. O Presidente Sr. Leonardo Teixeira Spiga Real, Prefeito de Tambaú está ausente por motivo de saúde. A Sra. Irene Sabatino Pereira, Secretária Executiva Adjunta, também deu boas-vindas a todos os participantes. O Secretário Executivo justificou a ausência do Sr. Otávio Okano, representante da CETESB e Coordenador de Câmaras Técnicas por motivo de estar participando de outra reunião. Colocada em discussão a Ata da 89ª Reunião Ordinária, dispensando-se a sua leitura tendo em vista a mesma ter sido encaminhada antecipadamente para análise. As Sras. Marisa Heredia, representante do Centro Universitário Moura Lacerda, Maria Paula, da PM de Tambaú e Simone Kandratavicius, da ACE Pau Brasil, solicitaram a correção da ata em alguns trechos. O Secretário Executivo pediu para encaminharem as complementações necessárias, que será corrigida posteriormente e enviada aos membros. Colocou em votação e a ata foi aprovada com as devidas alterações. O Sr. Lucas Casagrande, membro da CT-SAN/AS e representante da SP Águas seguiu com os informes da Secretaria: O 26º ENCOB que será em Vitória, de 08 a 13 de setembro, é o maior evento com relação aos comitês em nível nacional com temas e oficinas previstas, sendo que no último dia acontece a eleição da coordenação geral do Fórum Nacional; Revisão do PIRH - Plano Integrado de Recursos Hídricos do Comitê do Grande, nos dias 02 e 03 de setembro em Poços de Caldas, evento de integração, que reúne todos os afluentes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais; Reunião Extraordinária do CRH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 08 de agosto, destacando uma apresentação do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática, esse plano tem como tema principal a segurança hídrica; Oficina presencial em Barretos, 15 de julho, referente ao Plano de Bacias dos CBHs que é a revisão tanto do plano estadual como do plano de bacia dos CBHs da vertente do Grande; Análise do 2º pleito com várias reuniões no final de julho das CTs EA e PGRH, tivemos 28 propostas protocoladas e agora apresentando 18 classificadas. Dados do monitoramento hidrológico, centralizado em São Paulo, na sala de situação do Estado, informando que estamos no auge do período de estiagem. A Sra. Simone acrescenta que no ENCOB terá o décimo encontro de Câmaras Técnicas de Educação Ambiental dos CBHs para um diagnóstico do trabalho das câmaras técnicas. O Secretário Executivo, complementando ainda sobre a cobrança dos usuários de água comunicando que deverão se cadastrar no sistema para recebimento do boleto. Quanto às matérias deliberativas: ***Deliberação “Ad Referendum” CBH-PARDO 358/25 de 11/06/25 - Aprova diretrizes e critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO e Cobrança pelo Uso da Água destinados à área do CBH-PARDO para 2025 - 2º Pleito e dá outras providências.*** O Secretário Executivo disse que foram estabelecidas as mesmas diretrizes do 1º Pleito, basicamente os mesmos tetos e inclusão do PDC 4.3. Colocada em discussão para ser referendada, foi aprovada por unanimidade. ***Deliberação “Ad Referendum” CBH-PARDO 359/25 de 25/07/25 - Indica Secretária Executiva Adjunta do CBH-PARDO para o mandato relativo ao período de 25/07/2025 a 31/03/2027.*** Também informa que foi nomeada pela Diretora Presidente da SP Águas a nova Secretária Adjunta do CBH-PARDO a Sra. Irene Sabatino Pereira. Após algumas manifestações de felicitações pelos membros da plenária e agradecimento por parte da Secretária Adjunta, a deliberação foi aprovada. Passando a palavra para a Sra. Fabiana Zanquetta de Azevedo, Gerente da Vertente do Grande, que cumprimentou a todos dizendo que nesse trabalho de articulação da vertente do Grande, integrando os comitês, para o fortalecimento e alinhamento de políticas, que de fato possamos trabalhar por bem dos nossos recursos hídricos, principalmente nesse momento de crise hídrica, discutindo as questões de escassez. Finalizou agradecendo e parabenizando o Comitê e a Sra. Irene pela sua nomeação. Colocada em votação a deliberação foi aprovada. ***Deliberação CBH-PARDO 360/25 - Revoga a Deliberação CBH-PARDO 355/25, de 14 de março de 2025, e “Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança para***

58 **2025 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo**". O Secretário Executivo explica que
59 devido a necessidade de alterações de valores no Plano de Aplicação da Cobrança
60 constante na deliberação aprovada anteriormente, tornou-se imprescindível algumas
61 correções na planilha, por isso tivemos que revogar a deliberação CBH-Pardo 355/25,
62 aprovando uma nova deliberação. Inclusive os projetos do 1º Pleito estão aguardando
63 essa aprovação para poder dar sequência. Esta deliberação refere-se ao período de
64 janeiro/24 a julho/25. Esse período foi colocado porque foram contabilizados os
65 empreendimentos do Anexo III. Foi sugerido então que se colocasse o período nos
66 considerandos e assim foi feito. Não havendo mais manifestações a deliberação foi
67 colocada em votação e aprovada. **Deliberação CBH-PARDO 361/25 - Indica**
68 **Prioridades de Investimentos ao FEHIDRO e Cobrança pelo Uso da Água referente**
69 **ao orçamento 2025 - 2º Pleito e dá outras providências**. O Secretário Executivo disse
70 que considerando o saldo residual, tivemos um segundo pleito para protocolo dos
71 projetos. Foram analisados pelas Câmaras Técnicas e os projetos priorizados e indicados
72 pelas fontes CFURH e Cobrança pelo Uso da Água. Elencou todos os projetos
73 classificados, comentando também sobre os projetos desclassificados. A Sra. Marisa,
74 pergunta sobre o projeto da SEMIL e o Sr. Lucas responde que foi uma demanda do
75 Ministério Público e que existe um projeto piloto para inibir ocupações irregulares em
76 áreas de interesse hídrico, pode ser área de recarga do Aquífero ou áreas de APP de
77 cursos d'água superficiais. Esse projeto é encabeçado pelo Departamento de Proteção e
78 Fiscalização Ambiental - DPFA e apresentado aqui no Comitê, mas diante da limitação
79 de recursos, foram escolhidos dois municípios, uma microbacia, essa do Ribeirão
80 Tamanduá, visando integrar uma fiscalização integrada. A Sra. Maria Angélica,
81 representante do DPFA, complementa: com esse projeto, começar uma estruturação das
82 prefeituras, com compra de equipamentos e também contratação de pessoas para ajudar
83 nesse processo de levantamento de dados, de fiscalização e não pode ser feito por
84 terceiros e sim pelos órgãos públicos, estruturar dados e levantamento de dados de
85 campo e para conseguir fazer também congelamento das áreas que já existem, para inibir
86 o crescimento. Então é um projeto inicialmente de um ano por questão de valor. Não
87 conseguimos escrever um projeto mais amplo, então vai ser um piloto para começar.
88 Dando certo, vamos ampliando essas áreas para outros municípios. A Sra. Simone,
89 esclarece que o projeto da Associação Pau Brasil – "Pardo Educador" é a continuidade
90 do processo de implantação do programa de educação ambiental da bacia, que a primeira
91 fase foi a divulgação, o diagnóstico e os encontros, e agora nesse projeto, a segunda
92 fase diz respeito a terceira linha de ação que o termo de referência inicial da Câmara
93 Técnica pedia para fazer, ou seja a capacitação. Na primeira fase, foi feita uma
94 capacitação sobre o programa e agora vamos fazer uma capacitação que são as oficinas
95 de projetos nas seis sub-bacias. O Secretário Executivo pede para que alguém da SAERP
96 fale sobre o projeto de monitoramento. O Sr. Akira responde que esse projeto vem
97 complementar uma necessidade de maior ampliação dos transdutores que estão sendo
98 instalados. Então, está se ampliando esse conhecimento em relação ao Aquífero Guarani,
99 por isso essa solicitação, sendo um benefício para a cidade de Ribeirão Preto e região e
100 aumenta em muito o nosso conhecimento do Aquífero. A Sra. Simone, insiste ainda na
101 apresentação dos projetos executados e finalizados para apresentação dos resultados no
102 Comitê. A Sra. Marisa reforça que é uma reivindicação antiga, saber se o Comitê tem a
103 prerrogativa de exigência da apresentação dos resultados. Pergunta se o Comitê pode
104 fazer uma deliberação e encaminhar ao FEHIDRO para que atenda essa solicitação. A
105 Secretária Executiva Adjunta complementa que é importante o retorno do tomador como
106 uma comprovação do que realmente foi financiado e o que foi realizado se está
107 compatível com a proposta. O MPO nessas últimas revisões prevê este tipo de relatório,
108 mas ele é direcionado ao agente técnico e não volta ao Comitê, mas que na deliberação
109 de critérios deveríamos solicitar que ao término do projeto volte ao colegiado, para
110 conhecimento com a necessidade do tomador fazer essa apresentação, finalizando o
111 empreendimento. O Sr. Julio Kettelhut afirma que é importantíssimo de se fazer uma
112 deliberação de acompanhamento porque somos corresponsáveis por esse projeto. A Sra.
113 Maria Paula, comenta que já enfrentou esse problema em Tambaú, não tinha como
114 consultar os projetos; os municípios entram com vários projetos, são contemplados e

115 não dão sequência. É um passivo que estamos sem controle. É interessante a gente ter
116 essa construção agora, tanto hoje como no futuro, para quando avaliarmos nosso plano
117 de bacia com mais eficiência. A Sra. Simone, disse que a proposta de acompanhamento
118 durante a execução, a Câmara Técnica de Educação Ambiental já tem essa prática. Pede-
119 se, sempre, o relato dos tomadores do resultado final, no âmbito da CT e depois no
120 plenário. O Sr. Vitor Morilha, representante da ABAG - Associação Brasileira do
121 Agronegócio da Região de Ribeirão Preto, comenta que um projeto quando é
122 apresentado, tem um cronograma, então tem diversas fases que vão sendo construídas
123 ao longo do período proposto para que seja implantado, sugerindo que a cada fase se
124 apresente um relatório. Outro assunto é a questão de perdas da água de abastecimento,
125 estamos vivendo uma crise hídrica, orientando os municípios, que o investimento seja
126 priorizado para redução de perdas. O Sr. Fabrício Martins Pereira, representante da OAB
127 - Ordem dos Advogados do Brasil, esclarece que não é função do Comitê fiscalizar, que
128 temos obrigação de contemplar os projetos em conformidade com as análises técnicas
129 das diretrizes do Comitê. A função fiscalizatória é do Ministério Público e outras
130 entidades, mas é válida a verificação se os projetos estão sendo implantados. A Sra.
131 Marisa, concorda que não temos que fiscalizar, mas que precisamos dos resultados,
132 porque assim o Comitê cumpre a função dele, que é a gestão dos recursos hídricos. Fica
133 então decidido, compor um grupo de trabalho para elaborar uma deliberação ou
134 acrescentar na deliberação de critérios. Colocada em votação a deliberação foi aprovada.
135 Em outros assuntos, a Sra. Marisa, comenta que haverá uma reunião no dia 26 de agosto
136 da CT de Água Subterrânea do CRH para quem tiver interesse em participar e sobre o
137 lançamento da plataforma de monitoramento da governança hídrica em São Paulo na
138 Assembleia Legislativa. O Secretário Executivo informa também que serão feitos
139 workshops de segurança de barragens até o final do ano para aproximação do comitê de
140 bacia com esse tema. O Sr. Lucas, lembra que temos demanda com a CT de Água
141 Subterrânea do CRH com a nossa câmara técnica em relação a deliberação de restrição
142 de perfuração de poços no município. Temos que nos preparar para a sua renovação,
143 pedindo o apoio não só dos órgãos do Estado, mas também da sociedade civil, em
144 especial das universidades e dos municípios que utilizam a água do Aquífero Guarani.
145 Na sequência a Sra. Simone apresenta os resultados do empreendimento do FEHIDRO -
146 Formação de Comunidade Engajada ao Jogo de Interpretação em Educação Ambiental
147 “Encantados do Rio Pardo”, executado pela Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil,
148 junto com a Sra. Edna Costa, da ONG Vivacidade e Sr. Eli dos Santos, autor do jogo. A
149 Sra. Marisa solicita informações referente ao desdobramento do que realmente foi feito
150 em relação a terras raras para a Sra. Maria Paula. Esta mencionou que tentou alinhar
151 com a Associação dos Geólogos, estavam vendo sobre a situação do relatório de
152 impactos ambientais e estava na fase de e-mails ainda de transporte, audiências públicas
153 e está ocorrendo em Caldas e não ainda está em Poços de Caldas. Sobre o licenciamento,
154 foi visto o eia-rima, que algumas já estão em atividades e verificar com os órgãos
155 ambientais. Afirmou, ainda, que está havendo dificuldades por parte do Presidente em
156 articular com os demais Comitês, um posicionamento. Não houve retorno às suas
157 tentativas de reuniões específicas. O Sr. Lucas, sugere a formação de um grupo técnico.
158 A Sra. Fabiana comenta que o objetivo da SP Águas é trabalhar com a integração dos
159 comitês, articulando esses comitês da vertente do Grande e finaliza sobre a programação
160 da reunião em Poços de Caldas. Após algumas manifestações e agradecimentos, o Vice-
161 Presidente encerrou a 90ª Reunião Ordinária do CBH-Pardo, cuja ata foi por mim
162 lavrada, Marden Strini Machado. Ribeirão Preto, 22 de agosto de 2025.